

Desigualdades Brasileiras

*Pobreza, Inclusão e Exclusão Sociais em São Paulo*¹

Maura Pardini Bicudo Vêras *

Resumo: No contexto da transacionalização da economia, as cidades também se transformam alterando-se configurações espaciais, e a dinâmica urbana. A cidade brasileira, notadamente São Paulo, continua a apresentar velhas questões sociais: desigualdade, pobreza, numa dialética de exclusão/inclusão sociais.

Palavras-Chave: cidade; pobreza; desigualdade social; inclusão/exclusão sociais.

À Guisa de Preâmbulo

“Subdesenvolvimento não se improvisa, é obra de séculos”.

Nelson Rodrigues

Os discursos correntes no Brasil, quer de intelectuais quer de governantes e homens públicos, têm-se voltado à questão do combate às profundas desigualdades da sociedade nacional, procurando descaracterizá-las como processos naturais e denunciando a existência de duas configurações distintas de cidadãos (os incluídos e os excluídos), com delineamento diverso do respectivo conjunto de direitos e deveres.

Se o debate se generaliza abrangendo setores da sociedade civil, movimentos sociais, organizações não governamentais, por sua vez o governo, nos vários poderes (executivo, legislativo e judiciário), vem se dedicando a alguns projetos prioritários como o combate à fome e ao desemprego.

Mesmo na contemporaneidade acadêmica, em que nas Ciências Sociais assiste-se às polêmicas crises paradigmáticas, é inequívoca a busca de ferramentas conceituais adequadas à compreensão e intervenção sociais. Uma constatação comum tem fundamentado esse debate, quase consensualmente, entre os estudiosos do assunto: a de que os processos excludentes e da pobreza devem-se à

profunda desigualdade social do país, pois o Brasil não é um país pobre e sim um país de muitos pobres.

Parece emergir, pois, na consciência de muitos a clareza de que um binômio é necessário: erradicar a pobreza e combater a desigualdade, pois a velha fórmula culinária, tão presente nos anos da ditadura militar de que primeiro era preciso “crescer o bolo” para “depois dividi-lo”, hoje está totalmente descartada. Mesmo a receita da “nouvelle cuisine” de que a saída é “crescer, crescer e crescer” também significa quase inércia pois enquanto isso muitos brasileiros terão morrido, não só de fome mas da complexa trama que aprisiona as parcelas excluídas, quer do mercado de trabalho, quer da habitação saudável, da educação escolarizada e da cultura, tornando-as vítimas do crime, organizado ou não, da ignorância, da doença ou dos soterramentos e enchentes das periferias desequipadas.

A desigualdade social brasileira é histórica, atravessou períodos diferentes desde o passado colonial, vários modelos econômicos, ditaduras e transições democráticas.

Como nos sugere Amartya Sen (1979, 2000)², o objetivo do crescimento econômico deve ser perseguido mas não como fim: “desenvolvimento deve referir-se à melhoria da qualidade de vida que levamos e às liberdades que desfrutamos” (grifos nossos).

A intenção deste artigo é apontar os principais autores que pensaram as questões das desigual-

* Professora Titular, Doutora e Livre Docente em Sociologia pela PUC São Paulo. Contacto: mmveras@puccsp.br

¹ Parte dessas reflexões foi apresentada pela autora junto ao International Seminary – Health, Social Inequality and social Exclusion – Brown University – Providence RI – USA – 01 a 04/Junho/2003.

² Prémio Nobel de Economia nos anos 1980.

dades brasileiras, da inclusão e exclusão sociais e, em particular, as manifestações urbanas em São Paulo.

Pobreza: conceituações preliminares e respectivas mensurações

A conceituação e a mensuração de pobreza é um debate inacabado. Depende de critérios nacionais e internacionais, do estado dos saberes, convenções políticas, da conquista de patamares mínimos da humanidade, tão dividida em competições, guerras e privações. Iniciamos pelos economistas do Brasil.

O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão ligado ao Ministério do Planejamento do Governo Federal, define que a pobreza “refere-se às situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico” (Barros, Henriques e Mendonça, 2000: 22). Nessa perspectiva, é possível estabelecer uma “medida” de parâmetro que permite considerar como pobre todo aquele que se encontra abaixo de seu valor, ou seja, dentro de uma dada sociedade existiria uma linha de pobreza mensurável.

Embora as referências sejam construídas social e historicamente, os economistas convencionaram que o tamanho da pobreza estaria diretamente relacionado ao número de pessoas vivendo em famílias com renda per capita abaixo da linha da pobreza: a renda per capita inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades básicas. Em outras palavras, o custo de reprodução da força de trabalho que inclui os custos de alimentação, vestuário, habitação e transporte.

Convencionou-se também ser viável estabelecer uma linha de indigência, definida regionalmente pela estrutura de custos da cesta alimentar (consumo calórico de um indivíduo, geralmente em torno de 2000 K/dia – calorias ao dia, incluindo a chamada cesta básica com arroz, feijão, farinha, açúcar, carne bovina e suína, frango, ovos, leite).

Pelos critérios supramencionados, em 1999, cerca de 14% da população brasileira – 22 milhões de pessoas, estava abaixo da linha da indigência e

34% eram famílias com renda per capita inferior à linha da pobreza (53 milhões de pessoas).

Mesmo havendo certa oscilação das taxas de pobreza, o número absoluto de pobres vem crescendo.

Na região metropolitana de São Paulo em 1996, o valor limite da linha da pobreza estava em 25 dólares (em valores atuais) e o valor relativo à linha da pobreza seriam 50 dólares (em valores atuais), enquanto a renda familiar média dessa região estava em 158 dólares (em valores atuais).

A magnitude da pobreza brasileira leva a indagações sobre as causas imediatas desse fenômeno, hipotetizando duas possibilidades, a de escassez de recursos no país e a de distribuição desigual de recursos.

Na hipótese da escassez de recursos, economistas organizam seus argumentos investigando o padrão de consumo médio da família brasileira, a estrutura da renda média do país e utilizam também comparações internacionais.

No que tange à construção endógena da definição de pobreza, a comparação entre as linhas de pobreza e de indigência com a estrutura de renda per capita brasileira (PIB per capita) permite perceber que a segunda (a renda per capita) representa 5 a 8 vezes as primeiras, indicando o enorme contraste na distribuição de renda no país.

Utilizando-se da clássica medida de desigualdade como é o coeficiente de GINI, estudos inferiram que $\frac{2}{3}$ da pobreza brasileira estaria associada aos diferenciais da desigualdade de renda (Cf. Barros, Mendonça, Henriques, 2000: 28 e seg.).

Quanto ao padrão de consumo da família brasileira, o citado estudo aponta que a renda domiciliar média em 1999 estava em torno de 158 dólares atuais e estavam próximos dessa situação cerca de 20% do total de famílias brasileiras (10% deles com renda acima dessa média e 10% com renda nos limites inferiores dessa média). O padrão de consumo, incluindo habitação, revelou que a renda domiciliar per capita média corresponde a cerca de seis vezes o valor da linha da indigência e de três vezes o valor da linha da pobreza.

Mesmo se considerarmos apenas os gastos essenciais como os de alimentação, vê-se que representam 47% dos gastos totais e cerca de duas vezes a linha da pobreza e quatro vezes a da indigência.



Foto de Marcelo Feijó / Vila Paranoá, Periferia de Brasília, 1995.

Portanto, como a renda média brasileira é superior à linha da pobreza, pode-se associar a intensidade da pobreza à concentração de renda; e se o padrão de consumo médio é satisfatório, pode-se concluir que não há falta de recursos e sim má distribuição de recursos.

A comparação internacional é conclusiva ao registrar que diante de outros países com renda per capita semelhante à do Brasil os níveis brasileiros de pobreza são mais elevados.

Cerca de 64% dos países no mundo têm renda per capita inferior à brasileira e por isso o país está entre o terço das nações mais ricas. Comparando-

-se com os países industrializados, a renda do trabalho no Brasil representa $\frac{1}{3}$ da renda do trabalho desses países, mas diante dos países em desenvolvimento o Brasil estaria em melhores condições de enfrentar a pobreza de sua população. No cotejo com países de renda média similar, baseado no Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD), o Brasil apresentava percentuais superiores a 30% de pobreza, enquanto nos demais países a proporção é de 8 a 10%, o que nos leva a concluir pela maior presença da desigualdade social brasileira.

A distribuição desigual de recursos é, por conseguinte, destacada como a principal deter-

minante da pobreza no Brasil, em especial a desigualdade de renda que persiste por séculos em surpreendente estabilidade, das mais altas na comparação internacional.

Na mensuração econômica da desigualdade, os instrumentos tradicionais costumam ser o citado coeficiente de GINI; o índice de THEIL; a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres; a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a renda média dos 20% mais pobres (Barros, Henriques e Mendonça, op. cit.).

A comparação internacional com os coeficientes de GINI revela que somente a África do Sul e Malavi têm um grau de desigualdade superior à do Brasil, onde ele se apresenta em 0.60: “...representa, no conjunto de 92 países com informações disponíveis, um padrão alcançado apenas pelos quatro países com maior grau de desigualdade: Guatemala, Brasil, África do Sul e Malavi” (idem, ibidem: 34).

Quanto à razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres, há certo padrão na distribuição internacional, com valores oscilando no máximo até 20%. No Brasil, é de 28, enquanto em outros países é menor: nos Estados Unidos (5), França (6,5), Argentina (10) e Colômbia (15), Costa do Marfim (20). O valor de 28 vezes da renda média dos 10% mais ricos sobre a dos 40% mais pobres coloca o Brasil em posição distante de qualquer padrão reconhecível no cenário internacional em termos de justiça distributiva.

No que se refere à razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres, a grande maioria dos países apresenta essa razão inferior a 10. Novamente, segundo as informações do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1999 (PNUD), o Brasil é o país com o maior grau de desigualdade, pois a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres supera o dilatado valor de 30, colocando-o na posição singular de campeão da desigualdade.

Tal desigualdade revela-se como processo estável, persistindo com regularidade seu coeficiente de GINI nos últimos 30 anos em torno dos citados 0.60. É evidente, pois, que compromissos do desenvolvimento social deverão vir através da

redução da desigualdade com pactos renovados e políticas universalistas e compensatórias em termos de emprego, educação, saúde e habitação.

Mesmo sem querer reduzir a condição de pobreza apenas a números, e admitindo a divergência das estimativas, pode-se apontar um quadro do número de pobres em São Paulo. Segundo um estudo da Fundação Getúlio Vargas e IBGE³ realizado em 2001, o estado de São Paulo foi o que obteve menor percentual de indigentes (10.41%), enquanto estados do Nordeste revelavam proporções alarmantes como Maranhão (63%), Piauí (61%), Ceará (56%), Bahia (55%), Alagoas (55%). No entanto, se a referência for o número absoluto, verifica-se que São Paulo concentrava 3,8 milhões de indigentes, enquanto o estado de Maranhão (o maior percentual) apresenta 3,5 milhões.

No exame interno da situação de cada estado, novas desigualdades. Municípios da Região Metropolitana de São Paulo mostram proporções diversificadas, pois Itaquaquecetuba assume o alto índice de cerca de 21% de população indigente (56 mil pessoas) e Santo André (6%), São Caetano (5.6%). O caso da cidade de São Paulo (10.13%) é ilustrativo: são 1 053 936 pessoas indigentes, além de 2 milhões de favelados, cerca de 1 milhão com baixa escolaridade, 23 mil desempregados analfabetos, quase 9 mil moradores de rua⁴ e uma taxa de mortalidade geral de 7.04 (taxa por mil habitantes) e 16.29 de mortalidade infantil (taxa por mil nascidos vivos). Nesse panorama devem-se detalhar as desigualdades intraurbanas, pois há distritos com nítidas marcas da exclusão social. Acresce-se a esse quadro, de excluídos “tradicionais”, também “uma nova pobreza”: em São Paulo, há cerca de 45 mil desempregados com nível superior de escolaridade, que o baixo crescimento econômico do país, entre 1981 e 2002, lançou na nova exclusão (os dados são da Prefeitura de São Paulo – Secretaria do Trabalho e Cidadania – 2000).

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2002, o Brasil obteve o 73.º lugar no ranking dos 173 países analisados, mas contém disparidades regionais, municipais e intraurbanas, o que nos fez relativizar as tradicionais linhas da

³ *Mapa do fim da fome* – Centro de Políticas Sociais – FGV – Rio de Janeiro, segundo o qual 29% da população brasileira seria constituída de indigentes, 50 milhões de pessoas usando critérios da OMS (Organização Mundial da Saúde) e através dos quais uma pessoa necessitaria R\$ 80,00 (27 dólares) para satisfazer necessidades básicas.

⁴ A fonte é oficial: São Paulo em números – Prefeitura Municipal de São Paulo – Secretaria Municipal de Planejamento – Sp – 2000.

pobreza/indigência antes esboçadas. O IDH tem se firmado como referência mais completa ao acrescentar à renda os índices de educação e saúde⁵.

Importa lembrar que a cidade de São Paulo vem sofrendo gradativamente um processo de alteração de usos, passando de cidade industrial para metrópole de serviços. Tal perfil vai transformando os “pedaços” da cidade também, com novas dinâmicas e novas sociabilidades. É oportuna aqui a expressão “cidade de cidades” (Nel-lo, 2001).

O volume de trabalhadores informais vem crescendo na capital desde os anos 90, como se depreende da tabela a seguir:

crescimento populacional, enquanto as cidades periféricas vêm-nas aumentar, pois aí se concentram, via de regra, segmentos pauperizados, quer migrantes recém-chegados quer moradores expulsos dos outros bairros paulistanos, em franco processo de periferização.

Do ponto de vista econômico, em fenômeno que alguns denominaram “desconcentração industrial” houve uma diminuição das funções industriais na última década, com ênfase e expansão das atividades de controle, comando e administração das grandes empresas implantadas principalmente em São Paulo fazendo o setor terciário ganhar importância e sofisticação. A indústria, entretanto, continua setor

Tabela 1 – Evolução das categorias de trabalhadores informais – M. São Paulo 1990-1999

Segmentos %	1990	1999	variação
Autônomos	39,1	36,7	-6,2%
Assalariados s/carteira assinada	21,8	25,2	+15,6%
Empregados domésticos	16,8	18,6	+10,7%
Empregados e donos de negócio familiar	11,3	11,1	1,8%
Assalariados em empresas c/ até 5 empregados com carteira assinada	7,7	5,3	-31,2%
Trabalhadores familiares	3,3	3,2	-3,1%

Fonte: Jakobsen et alli 2000.Reproduzido de Dirce Koga (2003:225).

Inserida como capital da maior região metropolitana do país (RMSPaulo com 17 milhões de pessoas), a cidade de São Paulo conta com cerca de dez milhões de habitantes (Censo Demográfico – FIBGE 2000). Reitera-se a tendência demográfica observada no país de que o município sede vem apresentando declínio de suas taxas de

dinâmico e produtivo, mas com novas modalidades, empregando menor número de trabalhadores, embora mais qualificados e ocasionando a geração de serviços de apoio: técnicos, financeiros, publicidade, telecomunicações e transporte. Os serviços, em 1999, representavam 53% dos empregos da região

⁵ É com essa concepção que o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social (NEPAS), bem como o Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas (NEPUR) ambas da PUCSP, vêm se dedicando ao estudo de São Paulo e desigualdades socioespaciais.

metropolitana (em 1989 a proporção era de 40%) e para a cidade de São Paulo tal peso estava em 60% nesse final do século passado. Em contrapartida, ainda em 1999 apenas 18% eram empregados na indústria na cidade de São Paulo. E pode-se inferir que o setor de serviços acabou por amenizar a intensidade do desemprego que marcou a região metropolitana nos anos 90, absorvendo, na maioria, nos serviços menos complexos e qualificados, ligados ao consumo, à alimentação e aos serviços pessoais. (Pamplona, 2000), em evidente processo de precarização do trabalho, como o comércio ambulante, por exemplo e os serviços domésticos.

Como as taxas de desemprego em São Paulo chegaram a quase 20% era de esperar o aumento do número de famílias pobres atingindo diferencialmente os segmentos: mais mulheres que homens e, ao mesmo tempo, cresceu a participação feminina na sustentação do lar, e a proporção de mulheres como chefes de família.

Desigualdade Socioespaciais e a Questão Urbana

Na reflexão brasileira, muitos autores contribuíram para o debate da desigualdade social e seus fundamentos econômicos, políticos e culturais. Para citar as principais referências dos anos 60 e 70 do século XX, a Teoria da Marginalidade e seus críticos, entre os quais Francisco de Oliveira, Lúcio Kowarick, F. H. Cardoso, Celso Furtado, localizaram na dependência econômica, no subdesenvolvimento e na subalternidade, a existência de vasto exército industrial de reserva que esvaziava o campo e trazia para as cidades do Sudeste do país massas migrantes em busca de trabalho. As metrópoles dessa região conheceram bem esse processo que abrigou enormes periferias, favelas, adensou o inquilinato popular dos “cortiços” e fez movimentos sociais urbanos reivindicarem cidadania⁶.

Nos anos 80 e 90, novas reflexões vieram somar-se às anteriores, pois os anos de recessão e desemprego foram acompanhados de processos de

internacionalização da economia e da constituição de uma sociedade da informação, com enormes contrastes na Região Metropolitana de São Paulo. Em especial, às reflexões européias sobre processos de exclusão, desqualificação, desafiliação, desinserção, correspondem novas discussões brasileiras sobre exclusão e desigualdades sociais (Véras. M., 1999, op. cit.).

A crise do Estado do Bem-Estar Social, que, assim como a sociedade salarial, nunca aconteceu no Brasil em sua plenitude, acarretou novo pensamento sobre pobres e excluídos e as políticas sociais.

Por sua vez, como disse F. Braudel, os dois principais multiplicadores do capitalismo são a Moeda e a Cidade, ou seja, há uma estreita relação entre mercado financeiro e mercado imobiliário, acarretando novas configurações urbanas.

Essa dupla relação manifesta-se, entretanto, de forma multifacetada: enquanto os mercados financeiros se tornam cada vez mais imaterializados, “desincorporados” em novos “produtos” especulativos e/ou virtuais, os níveis de concentração nas cidades são mais elevados, e o solo urbano é mais e mais valorizado por abrigar serviços cada vez mais sofisticados ligados ao mesmo capital financeiro ou como sedes das empresas multi ou transnacionais como é o caso das cidades globais (Sassen, 1998). Essa relação contraditória se explicita pelo paradoxo de que quanto mais desterritorializadas as atividades no sentido de dispersão geográfica, maior a necessidade de controle e são as grandes cidades que podem preencher esse papel (Castells et alii – 1990 e Véras, 2002).

Inobstante seja uma frase emblemática, Carol Willis (1995) reafirmou que “*a forma segue a finança*” (Roseta, 2000) ou seja, diferentes paisagens urbanas obedecem a diversas filosofias de desenho urbano mas também a diferentes fórmulas do mercado imobiliário. Assim, “as cidades têm de ser vistas como ambientes comerciais complexos, onde construir é um negócio que extrai lucro ao mesmo tempo, da produção de espaço, da localização, da imagem e do *status*” (Roseta, 2000:2).

⁶ Cf. Véras, M (1999) Por uma Sociologia da Exclusão Social, o debate com Serge Paugam- Introdução, São Paulo, EDUC. Em especial, os cortiços são habitações coletivas precárias de aluguel. Veja-se Véras, Maura: Cortiços como territórios da alteridade em São Paulo – tese professora titular, 1999.

Em muitas cidades brasileiras, os poderes públicos diminuíram sua tarefa de fazer cidades, deixando esse papel ao capital privado, reservando ao livre jogo do mercado a ocupação do solo urbano. Em uma sociedade marcada por extrema desigualdade, a maioria da população vê-se alijada do mercado formal de habitação, do que resultam extremas periferias desequipadas como cinturão de abordagem dos mais pobres às regiões metropolitanas, além de porções centrais deterioradas e a autosegregação das elites. Tudo isso se visualiza em uma certa topografia social da desigualdade.

Enquanto os “espaços da pobreza” são deixados ao livre jogo do mercado, ao contrário, nos empreendimentos centrais, nos pontos turísticos ou nos bairros produzidos para sede de bancos ou multinacionais, nos edifícios de luxo, nota-se o rosto do grande capital – a nova face da globalização. As pressões imobiliárias crescem em ritmo exponencial e o poder local não consegue resistir-lhes, a não ser que se cultivem uma consciência e políticas públicas que lhes façam frente por serem imbuídas dos valores que a identidade territorial e a memória representam.

O quadro social é alarmante: embora críticos à razão dualista (nos termos utilizados por Francisco de Oliveira no trabalho que se tornou referência nos anos 70 e 80), temos de admitir que o exército industrial de reserva não faz tanta falta ao sistema. Levas de braços (cada vez mais finos), parafraseando Marx em “Trabalho Assalariado e Capital”, aumentam, à procura de trabalho. Uma quantidade crescente de trabalhadores, expulsos das engrenagens produtivas por máquinas e/ou por fechamento de empresas, buscam a sobrevivência nos pequenos expedientes, auto-emprego, informalidades ou gravitam satelitizados em volta dos ramos mais afinados à dinâmica globalizada. A vasta fenomenologia observada de “homeless”, “sans-abris”, “underclass”, população de rua, com novas características, chama a atenção do Primeiro Mundo e faz que se trate de discutir Exclusão Social, Desqualificação Social, Desafiliação, além das discutidas questões latino-americanas e brasileiras como “marginalidade”, perceptíveis nos estudos de favela, ocupações, mendicância, encortamento ou periferação (Véras, 1999).

Nesse contexto, a cidade – o fenômeno urbano – está a desafiar especialistas das mais variadas ordens. A cidade assume várias funções no mundo, mas ressignifica outras, reexperimenta novas

feições. Continua a ser um objeto ainda não totalmente decifrado, enigmático.

Os problemas de nossas cidades certamente não surgiram com o capitalismo, pois, originada da divisão de trabalho manual e intelectual e da produção de um excedente gerado no campo, a cidade antiga e a medieval continham suas contradições. Mas a cidade industrial, capitalista, chegou à sua plena forma, explicitando a luta de classes no espaço geográfico, social e político.

A cidade “esvaziava” o campo no século XIX, retendo a capitalização, submetendo-o, aglomerando a força de trabalho para que produzisse a mais valia. Jornadas de trabalho extensas subordinavam os trabalhadores, cada vez mais próximos ao parque fabril e cada vez mais dependentes de trabalhar para sobreviver. Dependendo de seus salários para arcar com os custos da sua reprodução enquanto trabalhador, sua forma de alojamento, alimentação, educação e saúde pareciam cada vez mais precários.

E todos esses fatores apresentavam um custo e uma feição urbanos: a cidade reúne o capital (constante e variável), a força de trabalho e elementos necessários à vida. Assim como a jornada de trabalho – comprada pelo capitalista em forma de salário – divide o tempo do trabalhador em “tempo de trabalho” e “tempo de viver” (necessário à reposição de energias para continuar vivo e “produtivo”), o capitalismo também dividiu o espaço da cidade: o *espaço do trabalho* (então, a empresa, a fábrica, a manufatura, a usina, a loja) e o *espaço do viver* (destinado à habitação e ao atendimento das necessidades básicas do homem). Desta forma, surgem os “bairros malditos”, de má reputação nos termos de F. Engels em seu clássico. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1845, onde se aglomerava a classe trabalhadora, em moradias insalubres, desprovidas de serviços e equipamentos urbanos.

A multidão ganhou as ruas, a cidade se revelou a portadora da nova civilização (urbana industrial e moderna) mas também aí se percebeu como um lado indesejável, o da pobreza, com a presença dos famélicos, “sujos, grosseiros” e que “deveriam” ser afastados dos olhares burgueses: às vezes próximos aos bairros burgueses, mas evitados como de alta periculosidade, eis aí a primeira forma de segregação explícita. Mais tarde, haveria intenção mais direcionada, inclusive dos aparelhos públicos de planejamento de “zonar”,

catalogar e ordenar o espaço urbano por determinadas funções. Uma das vertentes urbanistas foi a de remodelar, “limpar”, “sanear”, tornar racional o espaço urbano e destinar espaços específicos à habitação popular. A cidade se transforma em valor de troca, progressivamente.

Quanto mais avança o modo de produção capitalista, mais a cidade é moldada a seus interesses. A metrópole passa a ser o grande locus representativo da acumulação fordista, da aglomeração, da divisão taylorista de trabalho.

O solo urbano, embora produzido coletivamente – e nisso o Estado desempenha um papel primordial, pois instala os meios de consumo coletivo: equipamentos e serviços como a chamada infra-estrutura (água potável, esgotamento sanitário, serviços de eletricidade, limpeza e outros) – é apropriado individualmente por aqueles que podem pagá-lo. Os sistemas de transporte coletivo, e de ruas (sistema viário e sua manutenção), são geralmente organizados, e muitas vezes, mantidos pelo Estado. Políticas urbanas são regulatórias e indutoras de urbanização e “excludentes” para os mais pobres.

Sendo assim, garantindo as condições de instalação de firmas (de várias naturezas, ou seja, industriais, comerciais ou serviços) facilitando as “condições gerais de produção”, o Estado, com raras exceções, disciplinou os trabalhadores em locais de habitação distantes e, na ótica economicista, a “preços acessíveis”, ou seja, em periferias longínquas. O exemplo brasileiro dos conjuntos habitacionais é suficiente para revelar outra questão urbana recorrente: o papel do Estado e das políticas urbanas.

Na ausência de oferta de habitações salubres a preços adequados à demanda é que surgem soluções precárias como as favelas, os loteamentos clandestinos e suas casas autoconstruídas na periferia.

E as políticas urbanas, ora por insuficiência de recursos, ou por atrelarem-se ao capital, acabam reproduzindo o modelo que é o de tentar colocar ordem, fazer a cidade funcionar como máquina, onde não há apenas desordem e, sim, contradição (Lefebvre, 1978).

Mas a cidade industrial é a cidade que reúne a classe trabalhadora, período típico da acumulação fordista com papel importante dos sindicatos e da luta operária. Movimentos sociais, novos atores passam a exercer lutas urbanas, embrião e concretização dos direitos de cidadãos.

Nas configurações contemporâneas, novos ingredientes se somam ao quadro, por si só já bastante complicado, da cidade capitalista. Aproximando-nos da chamada “Idade da Informação”, novos desafios são postos, mas que não anulam as antigas questões como da desigualdade, da exclusão, dos efeitos nocivos das políticas urbanas. Só que agora aparecem novas formas, sem esgotar as anteriores, colocando-se novos enfoques, novas abordagens.

Nesse sentido é que ganham destaque os estudos relativos à globalização, seus efeitos sobre a estrutura social das cidades, aqueles voltados ao papel desempenhado pelas telecomunicações sobre as configurações urbanas e sobre as sociabilidades de seus cidadãos.

Entre vários autores contemporâneos, Gottdiener aponta a dificuldade hoje de se distinguir o campo da cidade, uma vez que a empresa capitalista se assenhoreou de ambos, resultando conglomerados híbridos – ele prefere chamar a cidade de espaço de assentamento e, em abordagem multidimensional e multidisciplinar, seu enfoque é profícuo. Sem dúvida, as telecomunicações, tão presentes no cotidiano da vida urbana – na produção (acumulação flexível, reestruturação produtiva, espraiamento e horizontalização das plantas industriais, funções de controle e gestão facilitadas pelo computador) quanto na vida privada (não só a internet, como a televisão, a tv a cabo), introduziram mudanças no tempo, na programação do cotidiano⁷.

Mesmo o entusiasmo daqueles que vêm na informatização da sociedade grandes potencialidades na luta pela cidadania (por exemplo, de uma favela pode-se acessar ao Louvre pela internet) não dá para anular as profundas desigualdades sociais, embora possa vir a constituir-se canal de comunicação e educação. Em se tratando da cidade

⁷ Em artigo escrito em 1995, chamei a essa problemática de A cidade do gelo- ICE, Informação, Computador, Entretenimento, baseando-me nas declarações de especialistas da Andersen Consulting - Infocism – que afirmavam estarmos na nova glaciação e de um novo nomadismo, agora alegre, por conter indivíduos que se deslocariam por prazer, por vontade e não por obrigação de ir trabalhar. Nesse artigo, discuto a relativa aplicação desse “alegre nomadismo” ao contexto da cidade contemporânea e, no caso brasileiro, aos imensos contrastes com tal maneira de entender o “urbano”.

brasileira, mais ainda se faz necessário recorrer ao arsenal clássico, atualizando-o para entendê-la.

Alguns autores têm trazido um novo paradigma para mostrar que algumas cidades acabam sendo importantes nos 10% da economia mundial, como pontos nodais de articulação econômica e cultural – exercendo papel importante: como base de capital financeiro, centro de institutos de pesquisa e tecnologia, universidades, sede de empresas transnacionais e bancos, sede de serviços especializados, volume de viagens internacionais etc. Essas características, atribuídas como um novo “paradigma” – o das cidades globais – acaba por resultar em descrição de atributos e enlaçar efeitos sobre a estrutura social.

Apesar de criticar a aplicação pura e simples do “típico”, indiscriminadamente a quaisquer cidades originadas de continentes ou estágios tão diferenciados de desenvolvimento, reconhecemos que há traços pertinentes no modelo. Mas é preciso situar historicamente cada cidade, seu papel regional, nacional – e local, sempre além do internacional. (Véras, 1997).

Como diz o “modelo” de cidade global (King, Sassen, Friedman, entre outros) São Paulo seria cidade mundial primária, de país semiperiférico (Véras, 1997).

Aqui os processos descritos se desenham de várias formas: está havendo desconcentração (a cidade central cresce em ritmo menor que às demais do núcleo metropolitano). Ao mesmo tempo, há diminuição do número de trabalhadores na indústria e grande aumento dos empregados em serviços – somos uma metrópole de serviços. Estes, são mais sofisticados e ligados à gestão do capital: há indústria tecnológica de ponta, igualmente.

Há recursos humanos altamente qualificados, pesquisa tecnológica, universidades prestigiadas. Mas, São Paulo preenche esses atributos parcialmente, carregando as marcas do terceiromundismo, de forma inquestionável.

Temos analfabetos, massa de pobreza considerável, serviços não qualificados e pequenos expedientes como recurso de sobrevivência diante do desemprego crescente. Temos a contrapartida urbana, bairros fechados, condomínios de alto luxo, com tecnologia de segurança, edifícios inteligentes, hotéis de luxo (parque hoteleiro voltado às funções competitivas internacionais) centros de convenção, sistema de telecomunicação eficiente, mas temos 20% de favelados, 15% de encortiçados e 20%

morando em periferias desequipadas na cidade de São Paulo.

Os enclaves, condomínios de luxo, bairros exclusivos de alta renda ficam como ilhas de riqueza, cercadas por pobreza, nas mais variadas formas.

A telefonia celular se expande, mas temos ausência de esgotos e serviços urbanos para parcela considerável da região metropolitana.

No país campeão da concentração de renda, os contrastes socioespaciais são inevitáveis e se espelham na distribuição da cidade: a porção sudoeste concentra a população de mais alta renda, enquanto outros distritos como Jardim Angela espelham os piores índices de urbanidade e qualidade de vida (vide Mapa da Exclusão, coord. Por Sposati). Mesmo a porção sudoeste abriga seus contrapontos. Favela Paraisópolis no Morumbi e a Peinha, na Av. Berrini – onde edifícios pós-modernos fazem face a face com a ausência de pedestres e carros importados coexistem com ônibus superlotados.

O capital imobiliário joga papel importante nesse cenário, investindo em alguns locais, abandonando outros em verdadeira autofagia urbana, em total descuido para necessidades locais e sociais.

Preteceille (1994) nos alerta para não deduzirmos que há efeitos diretos e mecânicos da globalização sobre a estrutura social das cidades, pois, contextualizando, fragmentação e homogeneização caminham juntas (Véras, 1997).

No que tange às demais questões contemporâneas e que são percebidas de forma inusitada, pode ser citada a questão da territorialidade, das alteridades e do direito às diferenças.

Na cidade contemporânea cruzam-se novas e velhas questões, cuja raiz encontra-se, sobremaneira, na apropriação desigual do ambiente construído, da cidade da velocidade, transformada em um conjunto de trajetos e itinerários, fluxos e rotinas, pragmáticos objetivos da rapidez da circulação de dinheiro, força de trabalho e capital. Não se trata do lugar, da memória, do identitário. Não são “lugares” – mas conjunto de “lugares” e “não lugares” nos termos de Marc Augé.

As regiões centrais do município de São Paulo apresentam certa diminuição demográfica ao mesmo tempo que o “terciário avançado”, mas apresentando fragmentação urbana. Processos similares foram apresentados por Matias Ferreira e Castro (1999) para a Cidade de Lisboa.



Foto de Marcelo Feijó / São Paulo, 2002.

Exclusão Social em Debate

Um dos temas atuais mais discutidos é o da Exclusão Social, nada novo no Brasil. Embora se possa falar hoje da “nova pobreza”, de novos processos sociais contemporâneos e se faça sentir entre nós a influência dos debates europeu e americano sobre o assunto, nossa história traz capítulos frequentes de dominação de vastos segmentos populacionais sem cidadania. Como diz José de Souza Martins (1993), nossa cultura barroca de fachada, com base na conquista, exclui índios, camponeses no campo e, na cidade, migrantes, favelados, encortiçados, sem teto, em uma fenomenologia bastante conhecida.

O debate sobre o conceito de exclusão social, contudo, vem ganhando novos contornos na etapa contemporânea em que os ditos pensamentos sociológico europeu e mesmo o norte-americano passam a conhecer mais de perto processos já familiares à realidade latino-americana e, mais particularmente, à brasileira. O tema nos faz lembrar, pelas controvérsias que suscita, a frase conhecida: *No creo em brujas, pero que las hay, las hay.*

No caso brasileiro, o exame da totalidade de trabalhos sobre o tema nesta década não caberia neste breve ensaio. Limitamo-nos a apontar algumas referências, mas que são significativas na construção e no debate dessa questão social hoje, sobretudo nas suas manifestações urbanas.

O termo exclusão acabou por ser duplamente interpretado. De um lado, conceito tão amplo, espécie de palavra-mãe (conceito horizonte), que abriga vários significados para reunir pessoas e grupos que são abandonados, desafiados (Castel, 1998), deixados de lado, desqualificados (Serge Paugam, 1999), quer do mercado de trabalho quer das políticas sociais. De outro ângulo, é um conceito equivocado, atrasado, desnecessário.

O tema da exclusão social, que explodiu na França no início da década de 90, tinha como alvo jovens da periferia, desempregados, moradores de rua (*sans abris*), refletindo o debate sobre diversas formas de miséria, dominando a mídia e o discurso político desse país de Primeiro Mundo que passava a enfocar mais detidamente a “nova” questão social⁸.

⁸ R. Castel. *As armadilhas da exclusão social*. Tradução de Cleisa Moreno Maffei Rosa e Mariângela B. Wanderley et alii (org.) *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997.

Entre nós, contudo, o debate sobre a pobreza, miséria, exclusão, não-cidadania, marginalidade, opressão, desigualdade e diferença é bastante frequente e pode dizer-se mesmo que os discursos científicos sobre a realidade brasileira, muitas vezes, acoplaram a análise da questão social (sob diferentes abordagens teórico-metodológicas) às interpretações relativas à situação histórico-estrutural do país: dependência, subdesenvolvimento, falência das políticas sociais, crise do Estado-Nação, Estado mínimo.

A primeira idéia a destacar é a de fratura ou ruptura social se, como diz Castel (Idem, 1998), a questão social desafia a capacidade de uma sociedade de existir como um conjunto, de existir com relação de interdependência e de escapar do risco de fratura. Assim também, Paugam usa o termo desqualificação social para um processo multidimensional que designa como indivíduos vão perdendo sua posição na sociedade inclusiva, objetiva e subjetivamente em um suceder de precarização profissional e diferentes situações que podem levar à ruptura dos vínculos sociais⁹.

No caso do Brasil, a conquista (ou colonização) já enuncia a primeira dominação. O período colonial se caracteriza pela dominação burguesa, submetendo indígenas, camponeses, escravizando os primeiros, depois os negros. Formas assimétricas marcam as nossas relações sociais: desigualdades econômicas, de gênero, étnicas, religiosas, culturais. Na sua multidimensionalidade, a questão social se põe no Brasil como um problema de 500 anos, hoje agravado com as novas feições do capitalismo “globalizado”.

Em significativo trabalho, L. E. Wanderley sinaliza com clareza:

“Minha tese é a de que a questão social abrange determinados elementos que historicizam a problemática geral, abrangendo outros componentes essenciais que serão aqui entendidos como partes constituintes do seu significado. Seminalmente ela vai emergir com o tema indígena e, logo após, com o tema da formação nacional, ainda que não sejam compreendidas assim pelos nossos olhos de hoje. E vai se desdobrando e se problematizando nas temáticas negra, rural, operária, da mulher (...). Mesmo no caso de sua

convergência com a significação européia, por ocasião da implantação do capitalismo industrial no continente [latino-americano], ela porém será fortemente condicionada por essas proposições histórico-culturais (...) mantendo especificidades (...)” (Wanderley, 1997: 60).

Indígenas banidos, massacrados, escravizados e depois transformados em “minorias” e em dependentes tutelados. Apesar dos direitos reconhecidos na Constituição Federal de 1988, *é reconhecido o direito de organização social, costumes, crenças, tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens* (Prieto, 1993, apud Wanderley, op. cit.) – os indígenas ainda clamam por sua cidadania – na sua resistência, lutas por identidade, memória, começando a participar de partidos, associações, revisão de terras, acampamentos nas cidades, buscando aliados em países de outros continentes que apoiem suas causas.

Também nossas relações sociais continuam “fraturadas” por várias questões como as de etnia, gênero e identidade. A forma de nossa colonização engendrou diferenças de raças, classes, simbolizadas na mestiçagem. A noção de alteridade é muito significativa aqui para explicar as relações de xenofobia e estranhamento diante do Outro (estrangeiro, imigrantes), uma nova questão nacional.

Touraine declarava o contraste entre o pensamento latino-americano e o europeu; este se organizou durante muito tempo em torno do tema das classes sociais como centralidade. *Na América Latina, a dualização da economia e da sociedade introduz uma dualidade de noções: a nação é o espaço dos cidadãos, a massa é o modo de existência dos excluídos. O povo é a imagem mítica de uma reunificação desejada, mas longínqua de sociedade.* (Touraine, 1989:91, apud Wanderley, op. cit.: 84).

A situação do negro na sociedade brasileira permanece como uma das mais graves e perversas fraturas: a escravidão (que era tolerada pela Igreja, apesar de vozes isoladas contrárias), encarando-a como capital fixo ou circulante, na sua produtividade e seus custos. E essa situação extrapolou o século XIX, marcando a inserção do negro no sé-

⁹ Serge Paugam (1991) *La desqualification sociale*. Paris: Presses Universitaires de France e IN: Vêras, Maura (ed). Op cit., 1999.

culo xx. Ainda hoje, discriminação e preconceito são visíveis no mercado de trabalho e na segregação urbana. Movimentos de defesa a resgatar raízes são frequentes.

Sem apresentar o mesmo tipo de gueto de Los Angeles ou Chicago, a cidade brasileira apresenta seus enclaves étnicos. Nos Estados Unidos, o conceito de raça é evidente e não é negado (basta ter ascendente negro e é assim considerado), diferentemente do Brasil, onde, conforme Silva (1999), a própria importância da raça como categoria analítica é questionada, canalizando a interpretação do enclave étnico para uma questão econômica apenas.

Deve-se registrar, ainda, a questão feminina, por alguns considerada a mais radical, antiga, muitas vezes acoplada à questão étnica (indígena e negra) que hoje ganha grande visibilidade política.

Camponeses, migrantes e, nas cidades, favelados, encortçados, moradores das periferias têm assumido vários aspectos do que se chamou de excluído, marginalizado.

Retomando o debate com a sugestiva proposta de José de Souza Martins (1997), segundo a qual o termo exclusão social passou a ser um rótulo – deus/demônio – responsável e explicativo de tudo e por tudo, no debate dos anos 90.

Sua crítica se faz à “coisificação e fetichização” conceitual, pois esta conduziria menos à expressão de uma prática e mais a indução a uma prática. Definindo-se em perspectiva sociológica e política – e, nesse sentido, afastando-se de privilegiar enfoques e reducionismos economicistas – justifica ser esse o âmbito da intervenção eficaz da sociedade civil, do povo e daqueles que são *vagamente definidos como excluídos*, porque é nesse campo que são reivindicados os direitos sociais. Nesse sentido, a reflexão sociológica, abordando a relação política entre sociedade e Estado, foca as contradições que poderiam criar condições de ação eficaz dos dominados.

Visto desse ângulo, o reducionismo interpretativo do conceito de exclusão à economia substitui a idéia de processo de exclusão (integrativa ou modo marginal de inserção).

O rótulo acaba se sobrepondo ao movimento que parece empurrar as pessoas, os pobres, os fracos, para fora da sociedade, para fora de suas “melhores”, e mais “justas” e “corretas” relações

sociais, privando-os dos direitos que dão sentido a essas relações. Quando, de fato, esse movimento as está empurrando para “dentro”, para a condição subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindicam nem protestam em face de privações, injustiças e carências (Martins, 1997: 16-17).

Chama-se a atenção, aqui, para que o termo exclusão seja concebido como expressão das contradições do sistema capitalista e não como estado de fatalidade. E é preciso vivenciar a contradição que se expressa na exclusão, desenvolvendo algum nível de consciência da contradição que se vive ao agir.

O conceito correlacionado intimamente à exclusão é o de pobreza; hoje, mudou de nome e de forma. Além de ser a privação: de emprego, dos meios para participar do mercado de consumo, do bem-estar, dos direitos, da liberdade, da esperança e de outros itens necessários à vida digna, a pobreza recebe atualmente uma dimensão moral, não oferecendo mais alternativa e nem mesmo a possibilidade remota de ascensão social. Mesmo havendo certa relatividade na demarcação entre ricos e pobres, parece haver uma condenação irremediável à pobreza, o que faz que os pobres prefiram não se reconhecer como tais. *O discurso redutor do caráter redentor da pobreza digna já não comove nem convence* (Ibidem: 19).

Martins aponta que, no Brasil, políticas econômicas atuais, que poderiam chamar-se neoliberais, acabam por provocar, não políticas de exclusão, e sim políticas de inclusão precária e marginal, ou seja, incluem pessoas nos (...) *processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital* (Ibidem: 20).

Dessa forma, atenuam o caráter perigoso das classes dominadas que, assim, se vêm menos inclinadas ao conflito social, adequando-as ao funcionamento da ordem política. A nova desigualdade, portanto, necessita ser analisada através de uma “fenomenologia dos processos sociais excludentes”, porque, além de se produzirem e (re)produzirem relações marginais, um universo ideológico no imaginário da sociedade de consumo. O exemplo citado por Martins é o de que, através do mesmo toque de botão de televisão, pode-se transportar o favelado e o milionário, simultaneamente, ao mesmo mundo fantasioso e



Foto de Marcelo Feijó / Brasília, 1999.

colorido das ficções da comunicação de massa. O destaque é dado à força da colonização do imaginário do homem comum, através do consumismo dirigido, dirige-se à caracterização de que a nova desigualdade gera dois mundos, uma sociedade dupla, de duas partes que se excluem reciprocamente, mas parecidas por conterem algumas mesmas mercadorias e as mesmas idéias individualistas e competitivas. Só que as oportunidades não são iguais, o valor dos bens é diferente, a ascensão social é bloqueada. Apesar disso, um bloco de idéias falso, enganador e mercantilizado acena para o *homem moderno colonizado* que passa a imitar, mimetizar os ricos e a pensar que nisso reside a igualdade¹⁰.

Em síntese, considerando que o conceito de exclusão é um equívoco, uma fetichização que retrata imperfeitamente processos de inclusão, precária, instável e marginal, no conjunto das dificuldades e dos lugares residuais na sociedade atual, Martins conclui que a palavra exclusão não é nova. A sociedade capitalista nasce com

excluídos; é sua máxima respeitar o mercado, desenraizando e brutalizando a todos – essa é a sua regra estruturante – para depois incluir, segundo sua própria lógica. O camponês, por exemplo, vai para a cidade pretendendo ser operário industrial. Só que a nova dinâmica capitalista exclui e demora para incluir e aí começa a tornar visível o que se chamou de exclusão. Em outras palavras, o momento transitório da passagem de exclusão está se transformando num modo de vida que permanece: o modo de vida do excluído que não consegue ser reincluído. E tal modo de vida compromete sua dignidade, sua capacidade de ser cidadão, sua condição humana, do ponto de vista moral e político.

Além da humanidade formada de integrados (ricos e pobres), inseridos de algum modo no circuito das atividades econômicas e com direitos reconhecidos, há uma outra humanidade no Brasil, crescendo rápida e tristemente através do trabalho precário, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos, tratados como cidadãos de segunda

¹⁰ Ver Morin, E. (1969). *Cultura de massas no século XX*. Rio de Janeiro: forense e também Lefévre, U. (1972) *La vida cotidiana em el mundo moderno*. Madri: AlianzaEditorial.

classe (*underclass* na leitura anglo-saxónica, “excluídos” na francesa).

Entre esses dois mundos, uma fratura cada vez maior e difícil de ultrapassar.

Sem pretender explorar aqui o vasto assunto da cidade global, retomamos a questão social envolvida na problemática das grandes cidades e seu papel internacional. Vários autores têm relacionado como uma de suas principais características uma dualização social (Castells e Mollenkof) ou uma polarização social, ou seja, aqueles que apostam que a globalização e a financeirização da economia se fazem sentir sobre a estrutura social das cidades, apontam que o mercado de trabalho se fratura, fazendo aumentar a procura daqueles indivíduos altamente qualificados, exigidos pelo setor de ponta da economia ligado aos serviços especializados, à gestão e ao controle do capital, às atividades tecnológicas avançadas. Em contrapartida, os não-qualificados tenderiam a ser “sobrantes”, operários industriais outrora qualificados são agora residuais. Classes médias tenderiam a se reduzir, substituindo a representação gráfica clássica da pirâmide social por um tipo de sociedade de contorno de ampulheta, com dois pólos configurados, estreitando-se os seus médios.

Embora esse modelo possa ser relativizado e se deva sempre contextualizar a cidade mundial de que se trata, porque as coordenadas histórico-sociais pesam como as relações com a economia nacional e regional, também o papel do Estado-nação não pode ser desprezado e é indiscutível que se assiste hoje a esses traços presentes em muitas cidades mundiais.

Como vimos a cidade global não segue apenas um único modelo, enquanto os efeitos da globalização não são diretos, nem vão sempre no mesmo sentido¹¹. Assim, a polarização social pode acontecer em algumas delas, mas também ocorrem segmentação e fragmentação. Desse modo, o desenvolvimento do comércio, do terciário sofisticado, as funções da pesquisa e o desenvolvimento

das empresas, os serviços subsidiários, podem também aumentar e desfigurar o anunciado modelo de ampulheta da chamada polarização, pela presença de estratos médios, superiores e inferiores da estrutura social.

Refletindo sobre essa nova etapa vivida pelo mundo global, Francisco de Oliveira¹² identifica que se chegou a limites superiores do capitalismo desenvolvido, sem ter atingido seus patamares mínimos: *vanguarda do atraso da vanguarda*. Pensar a América Latina, por exemplo, deve ser feito não apenas levando em conta suas contradições internas, mas também o cruzamento com o capitalismo internacional, para que se dê conta da *singularidade do subdesenvolvimento*. A primeira das características da vanguarda do atraso estaria na incapacidade regulatória do Estado que perde a possibilidade de regulamentar o sistema econômico em suas áreas político-territoriais e se torna *presa fácil da violência privada* (...) e que as classes dominantes nacionais acabaram por dissolver-se no amplo conjunto das forças dominantes em nível global (...) Mas isto não se fez sem um alto preço a pagar pelas classes dominadas (...) a característica central da contradição latino-americana, explicitada e posta em marcha pelas políticas econômicas chamadas neoliberais, é a exclusão (Oliveira, F., op. cit., pp. 6-7 (grifos nossos)).

Sem que tivéssemos conhecido propriamente um Estado de *Welfare*, políticas ditas integradoras pouco incluíram. Na América Latina, as taxas de desemprego aberto e disfarçado alcançam níveis entre 30% e 50% da PEA¹³ e, apesar da euforia do Plano Real, e após a sua crise, a erosão salarial e a falta de reajuste desmentiram o sucesso da política anti-inflacionária. Abriu-se para o capital financeiro estrangeiro especulativo, aumentou a dívida externa e interna, consumindo boa parte dos recursos fiscais. A armadilha se completou. O círculo se fechou. A condição do êxito da política monetária foi garrotear qualquer gasto social e, por isso, não houve política social¹⁴.

¹¹ Cf. E. Preteceille: Cidades globais e segmentação social. In: Queiroz Ribeiro, L. C. e Santos Jr., (1994) *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

¹² Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina. Texto preparado para a conferência magistral no XXI Congresso da associação Latino-Americana de Sociologia – ALAS – São Paulo, Setembro de 1997.

¹³ F. Oliveira. Op. cit. População economicamente ativa, p. 8.

¹⁴ A partir de 2003, com a nova gestão do Governo federal do Partido dos Trabalhadores, com o presidente Luis Inácio Lula da Silva há grande expectativa de alterações desse quadro e ainda se aguardam mudanças mais decisivas, além do Fome Zero, principal programa social dessa gestão.

Em países como os nossos, com desigualdades abismais entre as várias classes sociais, esse tipo de política transforma-se em exclusão; antes o termo poderia ser contestado, posto que, mais mal do que bem, assim mesmo as políticas tentavam incluir progressivamente as populações e classes sociais no mercado, na cultura, na cidadania, enfim, a integração se dava por formas excludentes que criaram as grandes maiorias pobres da América Latina; os vários recortes do mercado de trabalho mostravam essa integração por exclusão: negros no Brasil, mulheres em toda a América Latina, os índios de variada extração na América Latina, os mestiços, a infância, as cortes generacionais (...) O mercado reificava como atributos dos indivíduos e das classes o que eram as taras históricas da desigualdade e da não-cidadania na América Latina. (Ibidem, p. 9-10).

Chegou-se a criar até o neologismo “inempregáveis” para referir-se aos contingentes que, na nova ordem globalizada em que se insere o Brasil, não terão nenhuma vez, uma certa visão fatalística de que a chamada reestruturação produtiva dividirá os grupos entre assimiláveis (empregáveis) e largo grupo excluído. Francisco de Oliveira estima que cerca de 50% da população economicamente ativa estaria condenada à “marginalização”.

De modo que a exclusão social aparece como a face econômica do neoliberalismo globalizado na América Latina e no Brasil e para ela não há nenhuma política assistencialista porque, segundo Oliveira, as classes dominantes desistiram de integrá-la quer à produção quer à cidadania. Pretendem, sim, é segregar, confinar, em verdadeiro *apartheid* entre classes e um crescente distanciamento e incomunicabilidade, traço construído socialmente.

Os pobres passam a desconfiar de si próprios, numa culpabilidade popular: *caminhando sobre o chão pavimentado pelo preconceito dos pobres contra os pobres, as classes dominantes no Brasil começaram a extravasar uma subjetividade anti-pública que segrega, elabora pela comunicação mediática uma ideologia anti-estatal* (Oliveira, 1997:15.), fundada no grande desenvolvimento capitalista, na desindustrialização, na terceirização superior, na dilapidação financeira do Estado e da imagem de um Estado devedor. E, assim, segrega-se a idéia da “desnecessidade” do público. O mercado parece sobrepor-se ao Estado, sugerindo que

as burguesias brasileiras acreditam que podem passar sem ele porque pensam que já o Estado depende delas ou da própria associação entre si e o capital internacional.

Acredita F. de Oliveira que o sentido mais profundo da exclusão está ligado ao desejo dos burgueses brasileiros de mostrar que os dominados são diferentes, segregando-os, nem se preocupando mais em legitimar sua dominação na clássica fórmula de coerção e consenso. Deixam-nos à parte, proibindo o dissenso, porque o “social” deve subordinar-se ao econômico e aproximando-se mais de totalitarismo que de hegemonia (em termos Gramscianos).

O *apartheid* se caracteriza pela criação de um campo semântico em que os significados dos direitos e conquistas civilizatórios, plasmados em direitos sociais, trabalhistas, civis e políticos são transformados em fatores causais da miséria, pobreza e exclusão, em obstáculo ao desenvolvimento econômico e mais, são transformados em ausência de cidadania. A proteção social, por exemplo, transforma-se em “custo Brasil”. (Ibidem: 12.)

Partindo de uma preocupação de construir epistemologicamente – e sociologicamente – o conceito de exclusão social, outro estudioso, Luciano Oliveira (1997) acaba por concordar com várias das posições até aqui esboçadas pelos autores citados e oferece um bom panorama da questão, em interessante artigo (Oliveira, Luciano, 1997: 49-60).

Citando que o fenômeno assume feições dramáticas, também no mundo desenvolvido (o caso da França é importante registro por trazer expressões dirigidas às pessoas pobres como “quarto mundo”, nova pobreza e a própria exclusão, desde os anos 60), ele parece reconhecer uma especificidade gerada a partir da década de 80 como o desemprego estrutural que é quase um subproduto do próprio avanço científico e tecnológico (que libera mão-de-obra) e da precarização de relação de trabalho. No Brasil, sobretudo, há uma nova cisão que é a de incluídos vs. excluídos.

Conforme foi trazido por outros autores, o balanço dos diversos significados atribuídos ao termo demonstra uma ampla difusão de usos, abrangendo desde o sentido de minorias (negros, homossexuais, deficientes físicos), como desempregados, pobres, sem-habituação, sem-teto. Tradicionalmente, o termo se aplicou a favelados,

menino de rua, catadores de lixo, periferias, um *lumpen*, ou a um certo tipo de privação, discriminação ou banimento.

Se a exclusão, *lato sensu*, quase permanentemente esteve ligada ao modo de produção capitalista, como já visto, contemporaneamente poder falar-se de uma “nova exclusão” (Nascimento, 1994), com uma dupla face: de um lado, a não-inserção no mundo do trabalho se expressa pelo fato de que alguns contingentes (pela baixa qualificação) tornam-se “desnecessários economicamente”, mesmo que novas tecnologias possam empregar parcialmente alguns deles e, por outro lado, abate-se sobre eles um estigma por viverem em condições precárias e sub-humanas em relação aos padrões “normais” de sociabilidade, de que são perigosos ameaçadores e, *por isso mesmo, passíveis de serem eliminados*” (Oliveira Luciano, 1997: 52).

Procurando treinar o olhar para identificar o fenômeno e aperfeiçoar a construção do conceito, inicia pela posição marxista que vê como hegemônica das Ciências Sociais entre nós, desde os anos 70, apesar das várias acepções; segundo tal ótica, a divisão em dois grupos – incluídos e excluídos – representaria uma visão dualista, amplamente criticada. Atribuir-se-ia, assim, a causa à acumulação global. O conceito de população “supérflua” relativa, do exército industrial de reserva, ainda guardava uma relação com a acumulação capitalista, funcional ao sistema, conforme o clássico trabalho de F. Oliveira (1981), *Economia brasileira – crítica à razão dualista*.

Esse *lumpenproletariat*, além de gerado pelo processo de acumulação, é funcional ao sistema, não apenas enquanto exército industrial de reserva, como queria Marx, mas também, nas condições brasileiras, enquanto fator que vai permitir que os segmentos integrados ao setor dinâmico da economia – dos quais convém não esquecer as classes médias – se beneficiem de uma mão-de-obra superexplorada, que vai lhes prestar serviços a custos baixíssimos, liberando assim, mais recursos que serão realocados (na compra de bens de consumo duráveis, por exemplo) no setor dinâmico (Oliveira, Luciano, 1997: 53).

A situação, agora, parece sugerir que esse exército industrial de reserva tornou-se desnecessário economicamente e daí o termo exclusão, pois não seria mais reserva e constituir-se-ia em estorvo. Isso, em parte, pode ser verdade, embora

haja indício de que até por vias mais perversas possíveis, há certa articulação com a economia. Nesse sentido, só iriam constituir-se como *excluídos* de fato aqueles de quem não se pudesse “*extrair nenhum centavo de mais-valia*”.

Além disso, outra ótica acaba por olhar os excluídos como aquém da “humanidade”, ou seja, sua desumanidade e, segundo Hannah Arendt (1990), também a sub-humanidade desses contingentes traz consequências políticas, pois eles, à semelhança dos judeus apátridas, não teriam *um lugar peculiar no mundo*

Ademais, tais contingentes gerariam um sentimento de hostilidade, desconfiança, irritação e medo por parte dos outros setores da sociedade, espécie de fomento de idéias neozistas, pois também tais setores acabam por sentir-se ameaçados. Isso cria, igualmente, uma demanda maior de serviços de segurança e repressão, canalizando as energias mais para a contenção dos efeitos perversos do que para a resolução das causas da questão social.

Tentando concluir, o Autor afirma que para entender as causas o ponto de vista do antidualismo é mais apropriado, eis que evita a ingenuidade de querer explicar a miséria pela culpa dos miseráveis (ou pelo senso comum ou pelo moralismo). No que tange aos efeitos, contudo, o dualismo entre excluídos e não excluídos é útil, visto que dá conta de vasta fenomenologia. Ainda acrescenta-se ao debate que o reducionismo econômico não permite abranger a dimensão ético-política da questão e só esta poderá fundamentar e resgatar a conquista da inclusão.

Essas considerações, assim como as de José de Souza Martins, já citadas, permitem perceber como a sociedade termina se acostumando com a dualidade, quase permanente, o que se depreende do aumento substantivo dos gastos com segurança, transformando-os *em florescente área de investimento (vigilância, eletrônica, blindagem de automóveis, guardas privados etc. (...))* O conceito de exclusão tem uma razão teórica, mas, sobretudo, *ética e política: é ele que nos interpela sobre a natureza da polis que estamos construindo* (Oliveira, Luciano, 1997: 60).

É conveniente registrar a grande contribuição para o debate dos anos 90 sobre o conceito de exclusão, desenvolvido Aldaíza Sposati (1996) que procura espacializar a desigualdade do espaço urbano no município de São Paulo, utilizando de

metodologia cuidadosa e multidimensional, combinando indicadores de autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade. Busca chamar a atenção para a percepção dos profundos contrastes da cidade de São Paulo e fundamentar a importância de uma lei orgânica de assistência social.

Segundo esse estudo, os distritos de São Paulo se revelam na sua heterogeneidade e, emblematicamente pode-se citar Alto de Pinheiros e Jardim Angela, ambos na porção sudoeste e com enormes contrastes, o 1.º, representando os incluídos e o 2.º, zona de exclusão.

Entre a vastíssima obra de Milton Santos (1987), versando sobre muitos temas correlatos, a urbanização (a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos), as relações entre espaço e cidadania. Pretendendo contribuir para a redemocratização brasileira, renomado geógrafo chama a atenção para o peso do “lugar”, do território (intraurbano, sobretudo) e, desse ângulo, a questão da cidadania.

O componente territorial implica em que não só seus habitantes devam ter acesso aos bens e serviços indispensáveis, mas que haja uma adequada gestão deles, assegurando tais benefícios à coletividade. Aponta que o terceiro mundo tem “não-cidadãos” (particularmente o “milagre econômico brasileiro” agravou os contrastes entre massa de pobres e a concentração de riqueza), porque se funda na sociedade do consumo, da mercantilização, em alienação, em cidadania mutilada (Milton Santos, 1987:19)¹⁵. *Cada homem vale pelo lugar onde está. O seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território (...) A possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está*” (Ibidem: 81).

Esse componente espacial da pobreza, pois, resolver-se-ia pelo direito à mobilidade e a acessibilidade seria condição de cidadania. *Há em todas as cidades uma parcela da população que não dispõe de condições para se transferir da casa onde mora, isto é, para mudar de bairro e que pode ser explicada a sua pobreza pelo fato de o bairro de sua residência não contar com serviços públicos* (Ibidem: 85).

As condições existentes nesta ou naquela região determinam essa desigualdade no valor de cada

pessoa, tais distorções contribuindo para que o homem passe literalmente a valer em função do lugar onde vive. Essas distorções devem ser corrigidas em nome da cidadania (Ibidem: 112).

Mas a cidadania é também o direito de permanecer no lugar, no seu território identitário, o direito a seu espaço de memória. O capitalismo predatório e as políticas urbanas que privilegiam interesses privados e o sistema de circulação acabaram, muitas vezes, por descaracterizar bairros, expulsar moradores como favelados (remoção por obra pública, reintegração de posse), encortiçados (despejos, remoção, demolições), moradores de loteamentos irregulares, sem teto, num nomadismo sem direito às raízes (Cf. Vêras., 1987).

Essa desigualdade espacial vem sendo denunciada há anos, pois os problemas que afetam a qualidade de vida da população de São Paulo não atingem a cidade por igual, identificando-se nítidos territórios de exclusão, áreas em que se concentra a pobreza, periferias desequipadas e regiões centrais degradadas, bairros de altos índices de violência. No entanto, ao lado dessas, há zonas voltadas às atividades internacionalizadas ligadas à informatização e gestão do capital, indústrias de ponta, centros de pesquisa tecnológica e excelência educacional junto a bairros subúrbios - dormitórios, “acampamentos” precários. Por isso alguns autores falam de “apartação social”.

A autosegregação das elites em condomínios fechados, tecnologias de segurança em enclaves fortificados, que fazem estudiosos chamarem São Paulo de “a cidade dos muros”, com shopping centers de comércio sofisticado, indústria progressista de carros blindados e frota crescente de helicópteros (Caldeira, 2000 e CEDEC, 1996).

A cidade do terciário avançado torna-se evidente no chamado quadrante centro-sudoeste da cidade (Centro Novo/Nova Faria Lima, Jardins/Av. Berrini) em torno da Marginal do Rio Pinheiros: são torres, edifícios “inteligentes”, centros empresariais com shopping centers temáticos, centros de convenção, salas de espetáculo sedes de empresas transnacionais e bancos, uma nova centralidade de cidade mundial. (Cfr. Frugoli, 2000 e Vêras, 1998).

O capital imobiliário representa um papel primordial nessas novas centralidades, investindo

¹⁵ O autor não utiliza explicitamente o termo exclusão.

em novas áreas em uma nova autofagia urbana e logo outra frente de expansão surgirá. Exemplos de bairros bem equipados são os Jardins, Alto de Pinheiros, Morumbi, com populações de alta e média renda e que integram a região Sudoeste da cidade.

A zona leste da cidade, em especial seus extremos periféricos, sofre da precariedade de condições habitacionais, alta mortalidade infantil, alto índice de homicídios, com baixo investimento do mercado imobiliário formal, à exceção dos Conjuntos Habitacionais promovidos oficialmente em Cidade Tiradentes, Itaquera, Guaianazes, Iguatemi, cercados de loteamentos clandestinos e quase nenhuma urbanidade.

O modelo centro/periferia deve ser, pois, atualizado constantemente, pois surgem novas espacialidades sem apresentar a simplicidade do esquema dicotômico.

Em processo de fragmentação, bairros há que exibem maior grau de exclusão social, mesmo na direção sudoeste, como é o caso de Jardim Angela com altos índices de homicídio juvenil e domicílios precários, ausência de equipamentos.

O delineamento desses contrastes poderia prolongar-se por mais tempo, pois uma cartografia sociológica muito evidencia a desigualdade entre os cidadãos. Além de revelar essas porções territoriais pela presença ou carência dos equipamentos urbanos – e as condições de acessibilidade, moradia, lazer, trabalho, transporte em uma dada textura espacial.

As condições de cidadania se explicitam, portanto, pelo “lugar” em que estão esses moradores da maior concentração metropolitana brasileira. Constitui-se uma topografia social que denuncia a perversa estabilidade da desigualdade de recursos e de que resulta a pobreza, na dialética de inclusão/exclusão sociais.

Bibliografia

- ARENDE, H., 1990, *As origens do totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- AUGÉ, M., 1994, *Não lugares, uma introdução à antropologia da supermodernidade*, Campinas, Ed. Papirus.
- BARROS, R. P., HENRIQUES, R. e MENDONÇA, R., 2000 “A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil” in *Desigualdade e pobreza no Brasil*. IPEA.
- CALDEIRA, T. P. R., 2000, *A cidade dos muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo*, SP, Ed. 34, EDUSP.
- CASTEL, R., 1998, *As metamorfoses da questão social*. Tradução de Iraci Poletti, Petrópolis, Vozes.
- CASTELLS, M., BORJA, J. et alii, 1990, *Las grandes ciudades en la década de los noventa*, Madrid, Editorial Sistema.
- CASTELLS, M., 1998, *A Sociedade em Rede*, Rio de Janeiro, Paz e Terra. *O poder da Identidade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, *Fim de Milênio*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CEDEC, 1996, *Mapa de risco a violência*, São Paulo.
- ENGELS, F., 1975, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Porto, Ed. Afrontamento.
- FRUGOLI, H., 2000, *Centralidade em São Paulo*, SP, Cortez/EDUSP/FAPESP.
- IANNI, O., 1994, Cidade global, *Revista Cultura*, Petrópolis, Vozes, ano 88, n.º 2.
- LEFEBVRE, H., 1978, *O direito à cidade*. SP, Ed. Moraes.
- MARTINS, J. S., 1997, *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Editora Paulus.
- MARTINS, J. S., 1993, *A chegada do estranho*, São Paulo, Hucitec.
- MARX, K., s/d, *Trabalho Assalariado e Capital*, SP, Ed. Sociais.
- MATIAS Ferreira, V. e Castro, A., 1999, “Cidades de água, a lenta descoberta da frente marítima de Lisboa” in Matias Ferreira, INDOVINA F., (org.) *A cidade da EXPO - 98*, Lisboa, Ed. Bizâncio.
- NASCIMENTO, E., 1994, Hipótese sobre a nova exclusão social. *Cadernos CHR*, n.º 21, Salvador.
- NEL-LO, O., 2001, *Ciutat de ciutats*, Barcelona, Editorial Empuries.
- OLIVEIRA, F., 1981, *Economia Brasileira – crítica à razão dualista*. Petrópolis. RJ, Vozes/Cebrap.
- OLIVEIRA, L., 1997, Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, SP, ANOPCS, n.º 323, ano 12, pp. 49-60.
- PAUGAM, S. (dir.), 1996, *L'exclusion, l'état des savoirs*, Paris, Ed. La Découverte.
- PAUGAM, S., 1991, *La désqualification sociale*. Paris, Presses Universitaires de France.
- PRETECEILLE, E., 1994, “Cidades globais e segmentação social” in RIBEIRO, L. C. e SANTOS, O., Jr. *A Globalização, fragmentação e reforma urbana*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
- ROLNIK, R., 1997, *A cidade e a Lei*, São Paulo, Studio Nobel.
- ROSETA, H., 2000, *A forma segue a função*. Le Monde Diplomatique, Edição Portuguesa.

- SANTOS, M., 1987, *O Espaço do Cidadão*, SP, Nobel.
- SASSEN, S., 1998, *As cidades na economia mundial*, São Paulo, Studio Nobel.
- SEM, A., 1979, Issues in the measurement of poverty, *Scandinavian Journal of Economics*, v. 81, n.º 2.
- SEM, A., 2000, *Desenvolvimento como liberdade*, SP, Cia das Letras.
- SENNET, R., 2002, *A nova sociedade urbana*. Le Monde Diplomatique, Edição Brasileira.
- SILVA, M. N., 1999, *Mulheres negras: o preço das trajetórias de sucesso*. Dissertação de Mestrado, PUCSP.
- SPOSATI, A. (coord.), 1996, *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo, EDUC.
- TOURAINÉ, A., 1989, *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. Campinas/SP Ed. UNICAMP.
- VÉRAS, M., 1999, *Cortiços como territórios da alteridade em São Paulo* – tese professora titular.
- VÉRAS, M. P. B., 1987., Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI. *Revista São Paulo em Perspectiva*, vol. 1, São Paulo, I Seade.
- VÉRAS, M. P. B., 1998, Novos olhares sobre São Paulo, *Revista MARGEM*, Fac. Ciências Sociais, Educ, Fapesp.
- VÉRAS, M. P. B., 1999, *Por uma Sociologia da Exclusão Social, o debate com Serge Paugam*, São Paulo, EDUC.
- VÉRAS, M. P. B., 2000, *Trocando Olhares, uma introdução à construção sociológica da cidade*, SP, Studio Nobel – EDUC.
- VÉRAS, M. P. B., 2001, *DiverCidade, territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo* – tese livre docência PUCSP.
- VÉRAS, M. P. B., 2002, “Topographie urbaine des inégalités; pauvreté et ségrégation a São Paulo” in PARIZOT, S. e PAUGAM, S. et alii, *Les Mégaloques face au défi des nouvelles inégalités*, Paris, Flammarion pp. 65-72.
- VIRILIO, P., 1993, *O espaço crítico*, São Paulo, Editora 34.
- WANDERLEY, L. E., “A questão social no contexto da globalização – o caso latino-americano e o caribenho” in Mariângela B. WANDERLEY, M.B. et alii., 1997, *Desigualdade e a questão social*, São Paulo, EDUC.
- WILLIS, C., 1995, *Form follows finance – Skyscrapers and skyline in New York and Chicago*, Princeton, Architectural Press.